

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Corpo, tempo, espaço, trabalho: análise dos sentidos da comida para trabalhadoras de uma indústria de pescados

Ana Paula de Almeida Lucindo Hiebert, Rita de Cassia Gabrielli Souza Lima

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.14907>

Submetido em: 2026-01-20

Postado em: 2026-02-09 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

A moderação deste preprint recebeu o(s) endosso(s) de:

- stella maris lopes (ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6314-7294>)

CORPO, TEMPO, ESPAÇO, TRABALHO:

análise dos sentidos da comida para trabalhadoras de uma indústria de pescados

BODY, TIME, SPACE, WORK:

analysis of the meanings of food for female workers in a fish processing industry

CUERPO, TIEMPO, ESPACIO, TRABAJO:

análisis de los sentidos de la comida para las trabajadoras de una industria pesquera

Rita de Cassia Gabrielli Souza Lima

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

Rita.lima@univali.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8863-542X>

Ana Paula de Almeida Lucindo Hiebert

Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI

anapaula.hiebert@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4165-7676>

RESUMO: A indústria de pescados Nauterra, Itajaí, SC, constituiu um grupo de orientação profissional intitulado Viva+Leve para trabalhadoras com sobrepeso e obesidade, partindo do suposto que a estratégia pode contribuir para a contração de casos de absenteísmo e acidentes de trabalho. O artigo discute os sentidos da comida inscritos no corpo-território de um coletivo de trabalhadoras integrantes do projeto. Os instrumentos de coleta foram oficina e entrevista. A análise foi conduzida por referenciais da sociologia do trabalho e da filosofia política, em perspectiva histórico-dialética. Do processo emergiram unidades representativas de sentidos que confluem para um corpo-território oprimido pela sociedade do conhecimento do projeto neoliberal. Consideramos que a supremacia do discurso competente e a aplicação da racionalidade finalística, em detrimento do saber popular e da racionalidade orientada por valores gera um mecanismo de regulação do comportamento alimentar, em vez de alargar o horizonte concreto de superação da condição de sobrepeso e obesidade. A materialização de saúde como direito requer persistência da Saúde do Trabalhador em constituir-se efetivamente como campo de práxis.

Palavras-chave: Alimentos; Obesidade; Trabalho; Mulheres; Saúde do Trabalhador.

ABSTRACT: The Nauterra fish processing company in Itajaí, SC, Brazil, established a professional guidance group called Viva+Leve with the goal of promoting weight loss among overweight and obese female workers, based on the assumption that this strategy could

contribute to reducing absenteeism and workplace accidents. This article discusses the meanings of food inscribed in the body-territory of a collective of female workers participating in the project. Data collection instruments included workshops and interviews. The analysis was conducted using frameworks from the sociology of work and political philosophy, from a historical-dialectical perspective. Representative units of meaning related to food emerged from the process, converging on a body-territory oppressed by the knowledge society of the neoliberal project. We consider that the supremacy of competent discourse and the application of finalistic rationality, to the detriment of popular knowledge and value-oriented rationality, generate a mechanism for regulating eating behavior, instead of broadening the concrete horizon for overcoming overweight and obesity. The realization of health as a right requires the persistent effort of Occupational Health to effectively establish itself as a field of practice.

Keywords: Food; Obesity; Work; Women; Occupational Health.

RESUMEN: La empresa procesadora de pescado Nauterra en Itajaí, SC, creó un grupo de orientación profesional llamado Viva+Leve para trabajadoras con sobrepeso y obesidad, partiendo del supuesto de que esta estrategia podría contribuir a la reducción del ausentismo laboral y los accidentes laborales. Este artículo analiza los sentidos de la comida inscritos en el cuerpo-territorio de un colectivo de trabajadoras participantes en el proyecto. Los instrumentos de recolección de datos fueron talleres y entrevistas. El análisis se realizó utilizando marcos de la sociología del trabajo y la filosofía política, desde una perspectiva histórico-dialéctica. Del proceso surgieron unidades representativas de los sentidos, que convergieron en un cuerpo-territorio oprimido por la sociedad del conocimiento del proyecto neoliberal. Consideramos que la supremacía del discurso competente y la aplicación de la racionalidad teleológica, en detrimento del conocimiento popular y la racionalidad valórica, genera un mecanismo de regulación de la conducta alimentaria, en lugar de ampliar el horizonte concreto para la superación del sobrepeso y la obesidad. La realización de la salud como derecho requiere el establecimiento persistente de la Salud Laboral como campo de práctica.

Palabras clave: Comida; Obesidad; Trabajo; Mujeres; Salud Ocupacional.

INTRODUÇÃO

Desde as décadas finais do século XX assiste-se ao recrudescimento da precarização das políticas sociais em países latino-americanos e da precarização das condições de trabalho e de vida em escala global¹.

Nesse movimento da história, em que o capitalismo se vê repentinamente diante de baixas taxas de crescimento, forças dominantes retiram da gaveta o projeto neoliberal de acumulação do capital, arquitetado nos anos 50-60². Ao colocá-lo em execução abrem a nova fase do capitalismo neoliberal¹, palco da transição estrutural das sociedades ocidentais, devido

à desintegração da sociedade urbano-industrial e ascensão da sociedade de serviços^{3;4;5;6}. Esta sociedade se sustenta por quatro pilares: a polivalência, a filosofia *just-in-time*, a flexibilização e a tercerização⁷.

A partir de então, mudanças na sociabilidade de trabalhadores(as) têm sido constantes: a individualização⁸ e subordinação do corpo frente às exigências de produtividade e de geração de mais valor⁹ são alguns dos desfechos⁷. O corpo do(a) trabalhado(a)r deixa de ser apenas uma ferramenta de trabalho e passa a ser um território de inscrição das lógicas da produção, exigindo sucessivas adaptações e sendo afetado por constantes pressões, resultando, portanto, em uma dupla subordinação ao sistema produtivo⁹.

Esse corpo-território da classe trabalhadora de países desenvolvidos e periféricos tem enfrentado medo e sofrimento¹⁰, insegurança social^{3;6;11}, desgaste mental¹², processos de adoecimento^{7;13}, transformação no comportamento alimentar, ganho de peso e obesidade. Em nações ocidentais, a saúde está visceralmente vinculada ao peso corporal e à perda de peso¹⁴.

Em paralelo, o projeto neoliberal agraciou o sistema produtivo (leia-se: organizações/empresas) com a concessão de aval para a promissora união com a tecnociência. Dessa parceria, orientada pela racionalidade organizacional finalística¹⁵, nasce o que se cunhou chamar sociedade do conhecimento, a partir da qual ciência (leia-se: mente humana) e tecnologia deixam de ser uma simples ancoragem para o capital e tornam-se forças diretas de produção capitalista, passando a agenciar a acumulação². A pavimentação dessa sociedade é garantida pelo mundo virtual que, por sua vez, carrega em seu núcleo a compressão espaço-temporal cujo significado é a redução do espaço à máxima *se sou visto* (no mundo virtual), *existo* e a redução do tempo ao imediato, ao *aqui* e *agora*, sem história e sem futuro. Esse estreitamento espaço-temporal consiste em “um processo ilimitado de desincorporação”¹⁶ com potência para gerar transformações no comportamento alimentar, sobrepeso ou obesidade.

No século XXI, as taxas de obesidade no Brasil e no mundo seguem em ascensão^{17;18}, mas percebe-se que os países periféricos são os mais afetados¹⁹. Em 2022, 43% (2,3 bilhões de pessoas) de toda população mundial adulta (5,35 bilhões de pessoas), estava acima do peso, dos quais 16% eram obesos¹⁸. A previsão do World Obesity Atlas²⁰ é de que o número da população adulta mundial com obesidade poderá aumentar de 810 milhões em 2020 para 1,53 bilhão em 2035 e 79% dos adultos que vivem com excesso de peso e obesidade residirão em países de baixo e médio rendimento até 2035.

O artigo tem por objetivo analisar o comportamento alimentar autorreferido por trabalhadoras com sobrepeso ou obesas da indústria de pescados catarinense Nauterra, Santa Catarina, na perspectiva histórico-dialética. Partimos do pressuposto de que, a aplicação da racionalidade organizacional finalística nas edições do Viva+Leve gera para a empresa um instrumento de regulação do comportamento alimentar, em vez de alargar o horizonte concreto de superação da condição de sobrepeso e obesidade.

O artigo é produto de uma pesquisa de mestrado profissional aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí, SC, com o número 7.425.909, em 07 de março de 2025.

METODOLOGIA

De abordagem qualitativa, exploratório-descritiva, foi desenvolvida no centro produtivo da indústria global de alimentos intitulada Nauterra, situado no bairro Cordeiros, município de Itajaí, litoral norte do estado de Santa Catarina.

Sobre o contexto

Criada na primeira década do século XX no município Carballo, noroeste da Espanha, como fábrica de conservas Calvo – Grupo Calvo – incorpora a marca italiana Nostromo em 1951, tornando-se a marca líder de conservas de atum na Europa, nos anos de 1970. Em 2004, é a vez da companhia brasileira Gomes da Costa, fundada em 1954 e líder no setor de conservas de peixe na América do Sul, ser incorporada ao Grupo Calvo que passa a figurar entre as cinco maiores empresas de conservas do mundo. Após 80 anos de história, uma nova identidade – Nauterra – é adotada pelas três marcas comerciais do Grupo Calvo – Calvo, Nostromo e Gomes da Costa. A construção dessa nova identidade vinculou-se ao propósito do Grupo de unificar a imagem da empresa nos quase 70 países em que atua. Nauterra assume o compromisso de levar alimentos saudáveis aos consumidores, preservando o melhor da natureza. A Nauterra possui 03 centros produtivos e 07 escritórios. Os centros produtivos estão localizados em Espanha, Brasil e El Salvador. Os 07 escritórios, por sua vez, estão sediados em Modena (Itália), Madrid (Espanha), A Coruna (Espanha), Cidade da Guatemala (Guatemala), San Salvador (El Salvador), San Juan (Costa Rica), Buenos Aires (Argentina) e São Paulo (São Paulo)²¹.

Sobre o percurso metodológico

Inicialmente, o projeto de pesquisa foi entregue pessoalmente ao departamento jurídico da Nauterra, Itajaí, SC, em novembro de 2024, pela enfermeira do trabalho da empresa.

De posse da anuência concedida em fevereiro de 2025, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Vale do Itajaí, Univali, SC, e aprovado em 07 de março de 2025. A partir de então, inicia-se o percurso.

A primeira etapa de execução consistiu em uma conversa presencial com a enfermeira do trabalho quando compartilhamos que a nossa seleção de participantes havia sido intencional²²: que o público-alvo do estudo eram trabalhadoras integrantes do grupo de trabalho

(GT) de orientação profissional da Nauterra intitulado Viva+Leve e que tínhamos 02 instrumentos de coleta de dados: oficinas e entrevistas semiestruturadas. Nessa oportunidade, a enfermeira nos apresentou teoricamente o grupo quanto ao objetivo, dinâmica e o andamento e disse-nos que transmitiria ao seu superior o conteúdo de nossa conversa. Em um segundo encontro, acordamos que eu, pesquisadora assistente, participaria da 7ª edição do Viva+Leve, que estava em andamento, na qualidade de observadora, juntamente com a nutricionista da Unimed Litoral, SC, que já acompanhava as edições. Nessa oportunidade apreendemos *in loco* o processo de execução do GT. Na edição seguinte, inserimo-nos na condição de profissional nutricionista participante.

O Viva+Leve está organizado em dois subgrupos: GT-Turno 1 e GT-Turno 2. Na ocasião da 8ª edição, o GT-Turno 1 era composto por 13 (treze) integrantes trabalhadoras do turno diurno e o GT-Turno 2 por 07 (sete) trabalhadoras do turno noturno. O objetivo primário do GT é oportunizar a perda de peso a trabalhadoras com sobrepeso e obesidade. A empresa parte de suposto que a estratégia de redução de peso pode contribuir para a contração de casos de absenteísmo e acidentes de trabalho.

As integrantes de ambos os GT passaram por um processo seletivo interno, cujos critérios foram, além de estar com excesso de peso: ter outras comorbidades, ter disponibilidade para participar de encontros quinzenais e frequentar a academia (paga pela empresa) durante os 3 (três) meses de duração dos grupos. Os encontros são sempre conduzidos por uma nutricionista da Unimed, com o apoio de uma técnica de enfermagem, que é funcionária da empresa.

Optamos por combinar duas técnicas de coleta – oficina e entrevista semiestruturada – para, de um lado, promover um espaço de trocas simbólicas sobre o objeto e o exercício ético-político com vistas a sensibilizar as trabalhadoras para o empenho político de transformação e, de outro, ouvi-las individualmente²³. O roteiro das oficinas buscou explorar os sentidos da

palavra “comida” em suas vidas; lembranças, crenças, costumes, afetos e subjetividades. O instrumento semiestruturado consistiu em perguntas fechadas sobre aspectos socioeconômicos e laboral e abertas adotando uma perspectiva sensível sobre como vai a vida e o trabalho, sonhos, afetos, autopercepção corporal, relação com o corpo, privações, etc.

Acordamos que os encontros oficinairos ocorreriam no quarto encontro da 8ª edição do Viva+Leve, dias 22 e 24 de abril de 2025, nos GT- turno 2 e 1 respectivamente e, em seguida, as entrevistas individuais. O universo amostral foi composto pelas participantes dos GT, presentes nos dias da oficina. A oficina com o GT-Turno 1 contou com 9 (nove) integrantes, e a do GT-Turno 2 com 7 (sete) integrantes. Por meio de sorteio, 10 (dez) trabalhadoras foram escolhidas para a aplicação da entrevista semiestruturada e todas aceitaram em participar

A oficina foi nomeada “Os Sentidos da Comida”, assumindo a palavra comida como expressão de uma forma de organização social de um grupo²⁴.

As duas oficinas (uma em cada GT) ocorreram em 3 momentos, no espaço da empresa reservado para as edições do Viva+Leve.

No momento 1, recepcionamos as participantes, com cadeiras disponibilizadas em formato de círculo²³ e à medida que chegavam ao auditório, sentavam-se em lugar escolhido por elas mesmas. Lembramos também sobre a obrigatoriedade de firmarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e da necessidade da gravação dos áudios para posterior transcrição e análise.

No momento 2, com todas já acomodadas, distribuimos tiras de papel de tamanhos iguais e canetões para a escrita desta atividade²³, distribuimos, também, papéis com números para cada uma delas, no intuito de identificar e/ou organizar as falas no momento das transcrições dos áudios, resguardando o sigilo das participantes. Enquanto esses materiais eram entregues, conversamos sobre como seria essa primeira atividade.

No momento 3 realizamos as atividades propostas para a coleta de dados.

Na primeira atividade, escrevemos a palavra “comida” em uma tira de papel e dispomos no centro da roda de modo que todas conseguissem ver; em seguida, pedimos a elas que associassem livremente pensamentos e lembranças com a palavra exposta e escrevessem nas tiras de papel que estavam com elas. Reforçamos que poderiam parar de escrever ao sentir que as palavras e frases não surgiam mais naturalmente. As participantes do GT - turno 2, além de escreverem, resolveram também falar por que haviam escrito aquelas palavras e expressões e, em seguida, colocavam os papéis com as autodescrições no centro da roda. E no GT - turno 1, foi sugerido as participantes que fizessem o mesmo

Na segunda atividade, lemos em voz alta as perguntas formuladas para os dois GT²³. Lembramos as participantes que, elas poderiam usar a imaginação livremente para responder as perguntas, que não havia resposta certa ou errada, nem julgamento sobre as respostas dadas. Trazendo além de reflexão, descontração para o momento.

Por fim, como terceira atividade, convidamos as participantes para proceder a uma avaliação da oficina, distribuímos papéis para que elas escrevessem sem precisar se identificar. A oficina teve duração de aproximadamente 1 (uma) hora, em cada GT.

Após transcrito o material gerado, coletiva e individualmente, procedeu-se à análise e interpretação dos dados. A categoria de análise extraída da relação com os dados e estado da arte é: **O corpo oprimido da sociedade do conhecimento.**

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O corpo oprimido da sociedade do conhecimento

Na perspectiva marxista e em contexto da reestruturação produtiva, enquanto o trabalho é, além de um meio para garantir a subsistência, o modo específico de ser e de fazer-se ser, “um

modo de vida determinado”²⁵ (p.1149), ele carrega uma dimensão alienante, na medida em que o seu produto não pertence ao produtor^{4:26}, mas ao capitalista, algoritmos e plataformas digitais. Uma vez alienado e, portanto, desumanizado, o(a) trabalhado(a)r está submetido a tensões que podem se manifestar no corpo e/ou no comportamento alimentar.

Em sendo o comportamento alimentar um produto histórico, aberto ao novo e não uma questão contingencial², a forma como uma pessoa ou um grupo se relaciona com a comida não é uma escolha individual do momento ou uma resposta a condições imediatas, mas resultado de múltiplos processos – sociais, econômicos, culturais, políticos, epistêmicos e psíquicos – que evoluíram ao longo do tempo. Tanto é assim que desde os ancestrais pré-históricos, relatos de homens corpulentos revelam que a sobrevivência por mais tempo em períodos de fome e escassez era prerrogativa dos que armazenavam energia em forma de gordura corporal, quando havia fartura. Em outra época, gordura corporal era considerada um sinal de status e riqueza, pois somente os mais ricos tinham acesso a grandes quantidades de comida para se tornarem obesos. Para as mulheres, a silhueta com mais volume lhes conferia os atributos de bela e saudável, podendo significar fertilidade²⁷.

Ao longo do tempo a história da comida e o desenvolvimento da humanidade entrelaçam-se através do processo de produção e reprodução da vida social, à medida que o homem, enquanto espécie, foi descobrindo os meios de obtenção e produção de comida e foi aprendendo a dominar processos naturais em benefício próprio, necessários para a sua sobrevivência²⁴.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, a comida se torna mercadoria por meio de três processos: o surgimento de um exército de recrutas para as indústrias oportunizado pelo êxodo às cidades que industrializavam; o aumento vertiginoso de produção de alimentos e a abertura à provisão de um sistema de acumulação do capital por meio da produção do valor que

surgiu com a troca entre os excedentes²⁸ (p.158-159). Para em seguida, sob a lógica de produção capitalista, se tornar responsável por aprofundar desigualdades sociais²⁹.

Se pensamos em comida podemos dar asas à imaginação e/ou ao resgate de nossas memórias afetivas positivas e/ou negativas. Através da comida, circulam afetos¹⁰, contamos sobre experiências da vida, compartilhamos sentimentos, emoções, expressões cotidianas e valores humanos^{3;28;30}.

No encontro oficinairo, as participantes trouxeram muitas lembranças afetivas de comidas da terra natal e/ou de quando eram mais jovens, mas não de modo espontâneo. Pois, uma vez condicionadas por si mesmas e pelas edições do Viva+Leve, levando a sério a cartilha midiática recorrente de que para estar mais magras ou mais saudáveis elas precisam comer somente alimentos que lhes são permitidos, elas recuaram do envolvimento com memórias e lembranças juvenis, externalizando um compromisso com o aprendizado científico, mas sinalizando de modo velado uma forma de opressão frente à condição de não permissibilidade.

Um detalhe é que as locuções mais magras/mais saudáveis se confundiam nos relatos. Essa confusão entre magreza e saúde pode ser fruto de uma construção social³¹, em que a saúde é vendida como um produto disponível em prateleiras e sendo a pessoa a única responsável para alcançá-la. São dietas restritivas, alimentos “permitidos” e “proibidos”, subtraindo a autonomia dessas pessoas sobre seu próprio gosto alimentar. O momento da comida, que deveria ser um momento de circuito de afetos positivos, por exemplo, alegria, comunhão, partilha¹⁰, para além da reposição de energia e do prazer do momento, torna-se mais um momento de vigilância e esforço individual. A pessoa é alienada de seus próprios desejos em favor de uma norma estética³¹ e funcional.

Quando questionadas sobre o que sentiam falta de comer, potencializaram a submissão ao “proibido”: *Carbonara! Ah! que delícia! E não pode! Feijoada, Galinhada, Coxinha [não pode!]*. Comidas que elas gostam, mas deixaram de comer porque eram comidas de outra época

(comida da mãe, da avó, da terra natal) ou porque acreditam que são proibidas por favorecer o ganho de peso ou não serem as ditas “saudáveis”. A princípio, a frase acima, construída coletivamente, pode insinuar uma situação divertida e até engraçada, quando na verdade carrega sofrimento, ao revelar-se um dispositivo de controle biopolítico sobre o pensar em uma comida que acha deliciosa, mas que “não pode” comer porque não é rotulada como “saudável”, para alcançar um “ideal”, que não se sabe nem se é necessário e muito menos possível.

A condição de não permissibilidade pode ser considerada um pressuposto do pensamento funcionalista³², hegemônico nas organizações empresariais, definido pela sua “instrumentalidade”² (p.140), natureza utilitária e caráter finalístico¹⁵, defensor do trabalho harmonioso entre as partes para o funcionamento eficaz do todo. O esquema é simples, racionalmente finalístico: o conhecimento é elaborado, obviamente sem mediações, para atingir um objetivo muito claro, ou seja, posto a serviço de um dado fim: no escopo do Viva+Leve, a perda de peso.

O neoliberalismo gerou seu indivíduo e uma de suas atribuições é de ser adepto da compressão espaço-tempo, isto é, da experiência descorporizada: tudo acontece agora, no espaço reduzido do dispositivo de controle biopolítico que chegou para ficar: o celular. Não se tem mais a experiência do corpo como participante do mundo espacial de percepção e sentimentos. No lugar, tem a experiência virtual subsumida ao “discurso competente” do especialista ensinando como se deve relacionar com a comida, isto é, ensinando-nos “a viver”, a nos relacionar com a comida pela mediação do discurso especializado. Por meio desse discurso fortalece-se o domínio do pensamento funcionalista para o qual saúde e peso são apenas resultados de escolhas pessoais, desconsiderando-se a cultura, gostos pessoais, além de questões estruturais como a vulnerabilidade social e colocando em seu lugar a exigência de aumento da performance e de modificações no jeito de seguir na vida, entre essas o modo de lidar com a comida.

A galinhada, a feijoada – alimentos proibidos – representam a “terra natal”, a “mãe” e tempos de uma vida menos acelerada, menos ditada pelo ritmo das máquinas e plataformas. Ao deixar de consumir esses alimentos, as participantes estão, simbolicamente, cortando laços com um passado de socialização em favor de uma dieta funcional e individualizada, que serve para manter o corpo “apto” para a rotina produtiva atual. O “proibido” não o é apenas pelo valor calórico, mas porque essas comidas simbolizam um modo de vida onde o trabalho de cuidado e o prazer de comer com outras pessoas tinham mais centralidade. No relato de uma participante, transparece essa subjetividade roubada pelo medo de desejar comer algo por vontade própria:

“E o meu pesadelo é o final de semana, durante a semana eu tenho a minha rotina ali bonitinha: a hora de trabalhar, de levar minha filha na escola, hora de almoço. E no final de semana, não! Eu tô em casa o dia todo, vendo tv, aí dá aquela vontade louca de comer sempre alguma coisa [...] um pesadelo.”

O final de semana que poderia representar o compartilhamento do momento de comer com mais tempo ou da escolha de algo que ela goste de comer, ou ainda, outro jeito que fizesse sentido para ela e que partisse do que é possível para ela, acaba representando sofrimento, o medo do “comer errado” torna-se “um pesadelo”, como ela descreve. Demonstrando uma preocupação que evidencia o ato de comer desconectado de suas dimensões mais complexas e reduzido ao balanço energético³³.

Nesse sentido, a manutenção do jeito de comer e/ou a comida que se gosta, frente a dietas, podem ser instrumentos de resistência³⁰ à opressão simbólica, podendo resultar na abertura a outros mecanismos impulsionadores da perda de peso, à medida que fortalece a autonomia, a cultura e o convívio social. Pois, o excesso de controle enfraquece a capacidade das pessoas e grupos lidarem com seus problemas de forma autônoma, criando uma dependência de médicos e nutricionistas para que estes sempre lhes digam o que devem comer, resultando na perda do poder do cuidado de si³⁴. Colocar lembranças de comida de outra época na roda (leia-se: edições do Viva+Leve) pode ser uma maneira de essas mulheres se

reconectarem simbolicamente com suas raízes e com sua terra natal. Exercendo o direito à escolha do que querem ou não comer, da orientação que querem ou que dão conta de seguir, para que, enfim, possam se libertar da opressão e abrir-se ao novo.

As mulheres que participaram desta pesquisa são, em sua maioria, migrantes das regiões Norte e Nordeste do Brasil e desde que chegaram na Região Sul, iniciaram o trabalho na Nauterra. Elas trabalham 44h (quarenta e quatro horas) semanais, em regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e possuem plano de saúde empresarial, não dependendo, portanto, exclusivamente do Sistema Único de Saúde (SUS). E, aqui, cabe uma reflexão:

Em ventos permanentes neoliberais, pensar a possibilidade de organizações empresariais e sindicatos se tornarem aliados do SUS parece corresponder a uma ilusão de óptica. Pois, é patente que esse sujeito coletivo – organizações e sindicatos – prefere garantir planos de saúde privados à sua força de trabalho, defendendo, assim, seus interesses do mercado privado e, com efeito, incrementando o rol de consolidação de privilégios. Entretanto, é fundamental que reconheçamos a histórica indiferença de nossos governos, nas três esferas, em relação à garantia e preservação do direito à saúde para trabalhadores e trabalhadoras. Como a Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora, de 2012, situa-se na esfera sociopolítica e não se formaliza na esfera jurídica e, considerando, o caráter não democrático, mas totalitário da sociedade brasileira, observamos, no plano geral, o descaso para com a dimensão do trabalho no cuidado integral dos usuários na Atenção Primária. Como o neoliberalismo, citamos Chauí², é o encolhimento do espaço público dos direitos e o alargamento do espaço privado dos interesses de mercado, os planos de saúde privados caem como uma luva às organizações.

Independente de treinamento, habilidade pessoal ou escolha, a forma de inserção majoritária na Nauterra segue uma lógica de complexidade gradual e de adaptação ao ambiente: inicia-se as atividades como auxiliar de produção; em um segundo momento, passa-se para a

limpeza do peixe (contato direto com a matéria-prima), para depois, iniciar na operação de máquinas. As máquinas são variadas e as operárias trabalham na lógica de produção contínua, conforme depoimento:

“Quando eu cheguei aqui, eu trabalhei, menos de um ano, como auxiliar de produção, fiquei três meses na toaleta, daí me jogaram pra indústria. Fiquei lá uns 5 meses. E aí depois foi que eu fui operar máquinas [...] virei operador de máquina”. Eu, no meu caso, trabalho em todas [as máquinas] fico cobrindo as pausas, pra não parar a produção. A cada 50 minutos trabalhado, 10 minutos de pausa; antes parava a produção pra todo mundo fazer pausa, hoje não: tem uma equipe que fica só rendendo, ali.”

Percebe-se ainda, nesse exemplar a modificação do modo de produção *fordismo/taylorismo*, quando a produção parava para a pausa, para o *toyotismo*, no qual o(a) trabalhador(a) se adapta à produção para a garantia de fluxo contínuo, estando sempre disponível para alguma função³⁵.

O fato de estarem empregada faz com que aceitem condições de trabalho adversas. O trabalho noturno é um exemplo disso. O relato de algumas entrevistadas, revela que elas aceitam trabalhar no turno da noite, para ter um salário melhor, mesmo percebendo um maior cansaço e sobrecarga por ter outras funções durante o dia. Em conversas durante os encontros, muitas delas também relataram que não tem a intenção de trocar para o turno diurno, pois, além de receberem o adicional noturno, durante o dia elas não tem com quem deixar os filhos para trabalhar, já que os companheiros trabalham no período diurno. Elas também relatam que o custo de vida aqui na Região Sul é mais caro, o que agrava ainda mais o medo do desemprego, mas, ao mesmo tempo, oferta.

“Saio daqui [empresa] às 4h20, às vezes eu tomo café aqui, às vezes não. Vou pra casa, tomo um banho, me deito uns 40-50min. As 6h eu estou de pé novamente, tomo banho, organizo minha filha, dou banho nela, levo pra escola, saio da escola já direto pra academia. Quando saio da academia, às 9:40, vou pra casa, tento organizar mais ou menos a casa..., por cima, né? Faço a minha comida [...] saio às 11h20 pra pegar a minha filha [fico por conta dela e da casa] e a noite, eu tô aqui trabalhando [...]”.

A trabalhadora expõe uma rotina de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) minutos de sono por dia, para dar conta de suas várias outras funções fora do trabalho. A pergunta que não cala é: por quanto tempo uma rotina de privação de sono pode ser mantida, sem que a pessoa com uma sobrecarga de atribuições esteja em sofrimento? A opressão pela lógica da produtividade atua na subjetividade a ponto de fazer com que ela ignore os próprios limites do corpo, não mais corpo, mas corpo-máquina, expropriando o cuidado de si. A condição de trabalhadora ativa, “empregada”, também acaba fazendo com que elas se envolvam mais com o “projeto” da empresa inclusive com o projeto Viva+Leve³: para isso, aceitam participar do Grupo e acreditam realmente que desejam perder peso, para encaixarem-se ao que a empresa deseja: *“Quando eu tô na minha rotina mesmo de ir ali e fazer os exercícios, sem faltar, eu me sinto mais leve, parece que eu tô fazendo realmente a coisa certa, entendeu?”*

No pano de fundo do relato está a “ideologia da competência”, gerada do ocultamento da divisão social de classes e da revelação da divisão social entre competentes (especialistas, detentores do conhecimento) e incompetentes (aqueles que executam o que lhes é requerido pelos especialistas), o que pode ser traduzido por “quem sabe de mim não sou eu, mas o especialista do meu trabalho”² (p.109-110).

O corpo oprimido, enquanto força de trabalho vendida ao empregador para cumprir as metas impostas de produção com saúde (leia-se: sem excesso de gordura corporal) e o ritmo de produção exige força, agilidade, repetição e disciplina. Sabemos que toda empresa possui a sua programação de gerenciamento de riscos físico, químico, biológico, ergonômico e psicossocial, e que o processo de trabalho está submetido a contingências. No entanto, na prática há riscos que se concretizam em função da própria dinâmica, para citar alguns: desgaste físico, em razão da exposição a temperaturas extremas; ruídos, vibrações, estresse e o dever de perda de peso. Indagar o que esse corpo é capaz de se tornar e suportar para ser aceito ou para que produza

mais; *para estar bem na foto*, sentir-se bonita para si mesma e para o outro, pode gerar renascimento.

É importante destacar que as participantes já se percebiam ou tinham o diagnóstico de sobrepeso ou obesidade e, de alguma maneira procuraram algum auxílio, em médicos, nutricionistas, por conta própria, e agora, no grupo. As orientações recebidas, em sua maioria, segundo elas, se reduziam a *escolher “melhor” o que comer e praticar mais atividade física*, sem observar se isso era possível ou acessível para elas. Mostrando que o saber sobre o corpo que é produzido e reproduzido, não é neutro, mas atravessado por discursos competentes^{2;16} que circulam na mídia, na economia e nos espaços de convivência, que orientam práticas corporais e alimentares direcionadas para a magreza^{36;37}, a funcionalidade e a hegemonia. Com a chegada da tecnociência e, com efeito, das transformações ocorridas no campo médico, as curvas mais avantajadas, principalmente no corpo feminino que inicialmente eram percebidas como “normais” e até desejáveis, transmutaram-se e passaram a ser percebidas como algo preocupante, doente, desprezível, gerando o entendimento de que a pessoa em questão, não têm o controle sobre o seu corpo^{27;36}. A história da obesidade se entrelaça a essas transformações, revelando como processos sociais foram moldando a percepção do próprio corpo e da imagem corporal^{31;36}.

O Índice de Massa Corpórea surgiu em falas como um dispositivo imaterial gerador de angústia situado entre o desejo de performance e o dever de se enquadrar ao padrão: *“pelo que a máquina diz, eu tinha que ter 53kg, pela minha altura e não sei o que... Imagina: 84 para 53, quase 30 quilos a mais!”*.

É muito triste constatar que enquadrar-se em um intervalo numérico “normal” é condição para considerar-se saudável e aceita. A dificuldade de se aceitar, de sentir-se bem ao vestir uma roupa ou o fato de se acanhar diante de foto também anunciam a opressão sobre um

corpo que precisa estar dentro de um padrão estético inalcançável para ser aceito pela sociedade e até por elas mesmas:

“Olhei na foto do Natal: meu Deus! Que roupa é essa que eu tô vestida aqui? Olha como eu tô. Eu cheguei aos 88 kg ali. E quando eu voltei, eu digo, não tô me sentindo legal” [...] “Se olha no espelho e não agrada o que está vendo, bota uma roupa, não cabe. Ou se cabe, [...] parece que tá embalada à vácuo. Ou então não entra mesmo” [...] “Eu mesma que me botei numa bolha [...] de achar que eu não merecia, que eu não ia ser melhor, que eu não era bonita.”

Na nossa perspectiva, o problema não está no IMC, mas, a nível individual, no modo funcionalista de enquadramento do discurso competente de especialistas e, a nível coletivo, em seu uso como estratégia biopolítica de controle de corpos, isto é, de vidas, como acontece no grupo “Viva+Leve”. Segundo Alves⁹ vindo a ser uma exigência implícita ou mesmo explícita de adaptação do corpo às necessidades do processo produtivo, mesmo que disfarçado de boas intenções, e de possíveis interesses das empresas, por exemplo, o de apresentar um quadro de funcionários mais “bonito”.

CONSIDERAÇÕES

Por meio da categoria **O corpo oprimido da sociedade do conhecimento**, o estudo expõe a ação do neoliberalismo e de mecanismos correlatos no comportamento alimentar de trabalhadoras integrantes da 8ª edição do Grupo Viva+Leve da Nauterra, SC.

Emergiram do processo reflexivo analítico-interpretativo as seguintes unidades constitutivas do comportamento alimentar das trabalhadoras participantes: mudanças na sociabilidade, descolamento de memórias afetivas por medo de não enquadramento ao IMC, insegurança, desgaste mental, autopercepção negativa de seus corpos, condição de não permissibilidade à vontade, submissão coletiva à racionalidade organizacional finalística da

empresa, constrangimento, resignação diante de adaptações, inscrições e afetações impostas aos seus corpos-territórios e subjetividade roubada pelo medo de desejar o alimento proibido. Essas unidades se apresentaram envoltas a um processo de servidão diante do real corporal perturbador e do corpo idealizado para ser aceito frente ao trabalho e à vida. Paradoxalmente, uma forma de descomprimir essa servidão quando a compressão se aproxima do limite tem sido o deslocamento para a comida, na tentativa de se auto-organizar ou se adaptar ao real e retomar o movimento cíclico servil de compressão-descompressão.

Resistir diante de padrões modelados por discursos competentes, bem como, aceitar e valorizar o corpo possível, ponderando as condições históricas e particulares, pode se constituir em um bem ético se o agir se materializar por meio de uma ação racional orientada por valores, ou seja, por uma ação cujo sentido não está nos resultados prescritivos desejados, mas no uso de valores existentes no agir do mundo da trabalhadora, de modo a promover a abertura para um processo de perda de peso em que ela, a trabalhadora, seja a condutora e os profissionais simples mediadores. No processo o corpo poderá encontrar condições para reposicionar-se à sua condição original de “corpo sensível para si mesmo e [...] modo fundamental de ser e estar no mundo”¹⁶ (p.112).

REFERÊNCIAS

1. Fidelis T, Branca A, Alvarado MS. O neoliberalismo na América Latina: 40 anos de impactos na classe trabalhadora. *Serviço Social & Sociedade* [periódico na internet]. 2024 [acessado 2026 Jan 08];147(3):e-6628396. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/TDS4S6PVgLkVpp4LNxGpRCs/?format=html&lang=pt>.
2. Chauí M. *Ideologia: uma introdução*. São Paulo: Boitempo; 2025.
3. Antunes R. *Riqueza e Miséria do trabalho no Brasil IV. Trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo; 2019.
4. Antunes R. *O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços da era digital*. 2a. ed. São Paulo: Boitempo; 2020.

5. Pochmann M. *O neocolonialismo à espreita*. São Paulo: Edições SESC; 2021.
6. Pochmann M. *A grande desistência histórica. E o fim da sociedade industrial*. São Paulo: Ed. Ideias Letras; 2022.
7. Antunes R, Praun L. A sociedade dos adoecimentos no trabalho. *Serviço Social & Sociedade* 2015; 123:407–427.
8. Barbosa AMES. O empreendedor de si mesmo e a flexibilização no mundo do trabalho. *Revista de Sociologia e Política* 2011; 19(38):121–140.
9. Alves G. *O conceito de crise estrutural do capital: uma abordagem histórico-dialética*. São Paulo: Praxis; 2025.
10. Safatle V. *O circuito dos afetos. Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo*. 2a. ed. Belo Horizonte: Autêntica; 2024.
11. Praun L. Trabalho, adoecimento e descartabilidade humana. In: Antunes R. *Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil IV*. São Paulo: Boitempo; 2019. p. 181-203.
12. Franco T, Druck G, Seligmann-Silva E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional* 2010; 35(122):229–248.
13. Cunha SDM, Matos Sobrinho JÁ, Silveira AR, Sampaio CA. Vivências, condições de trabalho e processo saúde-doença: retratos da realidade docente. *Educação em Revista* [periódico na internet]. 2024 [acessado 2026 Jan 08]; 40:e36820. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/QxWTjkkxVDCy7vPXsRWJ4HgB/?format=html&lang=pt>.
14. Tischner I. Tomorrow is the start of the rest of their life — so who cares about health? Exploring constructions of weight-loss motivations and health using story completion. *Qualitative Research in Psychology* 2019; 16:54-73.
15. Thiry-Cherques HR. Max Weber: o processo de racionalização e o desencantamento do trabalho nas organizações contemporâneas. *Revista de Administração Pública* 2009; 43(4):897–918.
16. Chaui M. *Filosofia, um modo de vida*. São Paulo: Planeta do Brasil; 2025.
17. Ministério da Saúde. *O impacto da Obesidade. Entenda por que as consequências vão muito além das questões de saúde pública* [Internet]. 2022 [acessado 2024 Set 02]. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-brasil/eu-quero-ter-peso-saudavel/noticias/2022/o-impacto-da-obesidade>
18. World Health Organization. *Obesidade e sobrepeso* [Internet]. 2024 [acessado 2024 Ago 31]. Disponível em: <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/obesity-and-overweight>

19. Instituto Humanitas Unisinos. *Na América Latina, 3,6 milhões de pessoas se tornam obesas a cada ano* [Internet]. 2018 [acessado 2024 Set 02]. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584505-na-america-latina-3-6-milhoes-de-pessoas-se-tornam-obesas-a-cada-ano#:~:text=O%20relat%C3%B3rio%20aponta%20que%20a,um%20em%20cada%20quatro%20adultos>
20. World Obesity Federation. *Atlas Mundial da Obesidade 2024*. Tradução: Instituto Cordial. Londres: Federação Mundial de Obesidade; 2024.
21. Nauterra. *Onde Estamos* [Internet] 2025 [Acessado 2025 Jan 08]. Disponível em: <https://nauterra.com/pt-br/onde-estamos/>.
22. Leny AB. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. *Physis: Revista de Saúde Coletiva* 2009; 19(3):777-796.
23. Spink MJ, Menegon VM, Medrado B. Oficinas como estratégia de pesquisa: articulações teórico-metodológicas e aplicações ético-políticas. *Psicol. Soc.* 2014; 26(1):32-43.
24. Montanari M. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac; 2024.
25. Abbagnano N. *Dicionário de Filosofia*. Tradução de Alfredo Bossi e Ivone Benedetti. Trabalho. São Paulo: Martins Fontes; 2007.
26. Antunes R, Braga R. *Infoproletários: degradação real do trabalho virtual*. São Paulo: Boitempo; 2015.
27. Haslam D. Obesity: a medical history. *Obesity Reviews* 2007; 8(s1):31–36.
28. Carvalho MCVS, Luz MT, Prado SD. Comer, alimentar e nutrir: categorias analíticas instrumentais no campo da pesquisa científica. *Ciência & Saúde Coletiva* 2011; 16(1):155–163.
29. Teixeira LSC. A fome na reprodução do capital: uma análise do alimento-mercadoria. *Revista Katálisis* 2022; 25(3):449–458.
30. Azevedo E de. Alimentação, sociedade e cultura: temas contemporâneos. *Sociologias* 2017; 19(44):276-307.
31. Seixas CM, Birman J. O peso do patológico: biopolítica e vida nua. *Hist. cienc. Saúde* 2012; 19(1):13-26.
32. Parsons T. *The social system*. Oxford: Routledge; 2013.
33. Carvalho MC, Martins A. A obesidade como objeto complexo: uma abordagem filosófico-conceitual. *Ciência & Saúde Coletiva* 2004; 9(4):1003-1012.
34. Tabet LP, Martins VCS, Romano ACL, Sá NM, Garrafa V. Ivan Illich: da expropriação à desmedicalização da saúde. *Saúde Debate* 2017; 41(115): 1187-1198.

35. Alves G. Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global. *Trabalho, Educação e Saúde* 2005; 3(2):409–428.
36. Silva JM, Dionisio GH. Panorama sobre a obesidade: do viés cultural aos aspectos psíquicos. *Rev. SBPH* 2019; 22(2):253.
37. Silva AFS, Lima TF, Japur C, Gracia-Arnaiz M, Penaforte FRO. A magreza como normal, o normal como gordo: reflexões sobre corpo e padrões de beleza contemporâneos. *REFACS* 2018; 6(4):808-813.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

RCG Souza Lima (<https://orcid.org/0000-0001-8863-542X>): participou da concepção e delineamento, da análise e interpretação dos dados, da elaboração e redação do manuscrito e da revisão final.

APAL Hiebert (<https://orcid.org/0009-0006-4165-7676>): participou da concepção e delineamento, da coleta de dados da análise e interpretação dos dados, da elaboração e redação do manuscrito.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS DA PESQUISA

Todo o conjunto de dados de apoio aos resultados deste estudo foi publicado no próprio artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.